

Marcílio quer pressa no acordo com o FMI



Marcílio quer desburocratizar negociação e ganhar fôlego para revisão do programa econômico

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, começa a operacionalizar a sua estratégia para renegociação da dívida externa brasileira, a partir desta semana, com a chegada da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os técnicos do Fundo, chefiados por Thomas Reischmann, são esperados hoje em Brasília e darão início às negociações para assinatura do acordo de ajuste da economia brasileira. A concretização de um entendimento com o FMI é fundamental ao País, porque somente com o aval da instituição o ministro Marcílio poderá superar os problemas externos abrindo oportunidades para investimentos estrangeiros no País.

Não foi delimitado um prazo para a conclusão dos trabalhos da missão. A expectativa do ministro, porém, é de que se chegue a um entendimento o mais rápido possível. "O Brasil tem pressa", afirma Marcílio Marques Moreira.

Sem um acordo formal com o Fundo, o Governo sabe que não prosperam as negociações com organismos multilaterais de crédito, como Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o Clube

de Paris, que reúne os países credores, ou a liberação de recursos japoneses para financiamento de projetos.

O ministro Marcílio recebeu indicações seguras de que o caminho mais rápido para o Brasil superar seus problemas externos é a conclusão de um acordo com o Fundo. Até mesmo autoridades do governo norte-americano não arriscam um tratamento privilegiado ao Brasil, sem a formalização de um acordo com o FMI. Por isso, esta missão e a retomada dos entendimentos são considerados "da maior importância".

Este negociador terá uma árdua missão: vencer obstáculos da postura rígida do Fundo Monetário. Ao contrário de acordos anteriores, o Governo se comprometerá a relacionar medidas que adotará para criar condições e execução das metas de desempenho da economia que serão acordadas. Em contrapartida, quer ter assegurado o direito de revisão dos parâmetros definidos, caso as medidas não sejam concretizadas. Ou seja, o Governo quer desburocratizar as negociações, ganhando fôlego para a revisão permanente do programa econômico, sem interromper a sua execução.